

(IN-) CERTEZAS NO DIZER: UM ESTUDO SOBRE AS PARTÍCULAS EVIDENCIAIS EM PARKATÊJÊ

Marília de Nazaré FERREIRA*

- **RESUMO:** Este artigo tem como objetivo descrever o comportamento de um conjunto de partículas relacionadas à evidencialidade em Parkatêjê, língua Timbira pertencente ao agrupamento genético Macro-Jê e falada no sudeste do estado do Pará. A noção de evidencialidade reflete a relação subjetiva do falante com a informação veiculada, englobando atitude e comprometimento do falante com o dito e com a origem da informação. Essa postura epistemológica incidirá no *status* da credibilidade dada à informação. Com base em Ferreira (2003, 2005), afirma-se que a língua Parkatêjê apresenta um sistema de partículas evidenciais específicas, utilizadas para codificar as diferentes experiências cognitivas que constituem o conhecimento expresso em um dado conteúdo proposicional. Em outras palavras, o uso dessas partículas indica se a ocorrência foi presenciada pelo falante; ou se esse, por meio de alguma evidência visual e/ou auditiva, pode deduzir que determinado fato aconteceu; ou ainda se ele simplesmente “ouviu dizer” acerca de algo. À luz dos estudos realizados por Chafe (1986), Chafe e Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale e Tasmowski (2001) e Aikhenvald e Dixon (2001), os dados da língua foram analisados chegando-se à hipótese de um sistema de partículas evidenciais com termos reportativo, dubidativo e inferencial.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Línguas indígenas. Parkatêjê. Evidencialidade. Modalidade. Fonte da informação.

A língua e o povo Parkatêjê¹

O povo parkatêjê, também conhecido na literatura especializada como Gavião do Pará, vive em uma aldeia localizada no município de Bom Jesus do Tocantins,

* UFPA – Universidade Federal do Pará. Faculdade de Letras – Instituto de Letras e Comunicação. Belém – PA – Brasil. 66.075-001 – marilia@ufpa.br

¹ Até o ano 2000, o grupo indígena conhecido como Parkatêjê era constituído por indivíduos remanescentes de dois povos timbiras, os quais conviveram no mesmo espaço geográfico por um pouco mais de três décadas. Um desses grupos sempre se autodenominou Parkatêjê, e o outro, originário do Maranhão, ao se separar do primeiro, assumiu o nome Kyjkatêjê, o qual foi estendido também à língua falada por eles. As línguas são muito próximas, sendo necessário ainda observar em que aspectos elas se diferem. A situação linguística desses dois povos também é distinta, visto que, entre os Kyjkatêjê, as crianças ainda estão aprendendo a língua indígena. Efetivamente, no entanto, nas duas aldeias, a língua majoritariamente falada é o português, devido a inúmeros fatores, dentre os quais se destaca a proximidade da aldeia em relação aos municípios circundantes. A denominação da aldeia Parkatêjê evidencia essa proximidade. A aldeia é chamada Kupejipôkti, cujo significado é terra “rodeada pelos não índios”.

às proximidades de Marabá, e soma aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas. Pouco mais de 10% dessa população ainda fala a língua que pode ser considerada como em perigo de extinção, uma vez que as crianças não mais aprendem parkatêjê como sua primeira língua.

A língua Parkatêjê pertence ao agrupamento linguístico Macro-Jê. Trata-se de uma língua cujo sistema fonético-fonológico é característico de línguas Jê, considerando-se que as vogais predominam sobre as consoantes. Dentre outras características também partilhadas com outras línguas geneticamente semelhantes, tem-se o fato de o Parkatêjê ser uma língua posposicional, em que a ordem básica dos constituintes em orações independentes é predominantemente Sujeito-Objeto-Verbo. O genitivo precede o nome. Há a marcante ocorrência dos prefixos relacionais, traços comuns também a línguas Tupi e Caríb.

Os verbos em Parkatêjê ocorrem prototipicamente como núcleos de predicados e estão associados às categorias de tempo, aspecto e modo, codificadas por partículas que ocupam posições determinadas na sentença. Há classes verbais na língua, dentre as quais a dos verbos ativos e estativos, que estão relacionadas ao sistema de marcação de caso que conjuga a ocorrência da cisão do S e a ergatividade cindida, cujo condicionamento são as categorias de tempo, aspecto e modo. A língua opera, então, numa base Nominativa-Acusativa, se as orações estão no tempo não passado, e em uma base Ergativa-Absolutiva, quando no tempo passado e aspecto perfectivo, em conformidade com as observações de Dixon (1994).

O *corpus* utilizado para a análise apresentada neste artigo consiste em um conjunto de dados coletados por mim em diferentes momentos de meu trabalho de pesquisa junto ao povo parkatêjê, com o qual comecei a trabalhar em 2000.

Metodologia

A metodologia utilizada para a feitura deste trabalho é aquela concernente à linguística descritiva que inclui: (i) a pesquisa de campo, com viagens ao local em que a língua é falada, momento em que se realiza a coleta de dados; (ii) a análise do material obtido nessas coletas com fases distintas de transcrição, análise, organização, comparação com outros dados da língua e de línguas aparentadas, elaboração e refutação de hipóteses. A etapa de observância das hipóteses é realizada com o auxílio dos falantes da língua.

A orientação teórica deste artigo é funcional, e a análise dos dados foi realizada com base nos trabalhos de Chafe (1986), Chafe e Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale e Tasmowski (2001) e Aikhenvald e Dixon (2001), cujas ideias principais são apresentadas a seguir.

A evidencialidade

Em todas as línguas humanas, há formas para se indicar a origem da informação, o que pode ser manifesto gramatical ou lexicalmente. Todas as línguas humanas, nesse sentido, apresentam formas para apontar ou ocultar a fonte da informação em uma determinada cadeia de elocução, o que é uma estratégia comunicativa fundamental para os falantes.

Algumas línguas apresentam sistemas evidenciais elaborados em que há marcas linguísticas específicas as quais são utilizadas para codificar as diferentes experiências cognitivas constitutivas de um dado conteúdo proposicional. Outras, não, uma vez que nem todas as línguas têm a evidencialidade como uma categoria gramatical, o que aponta para a necessidade de se delimitar os domínios categoriais da evidencialidade, questão fora do escopo do presente trabalho.

Conforme Jacobsen (1986), citado por Dendale e Tasmowski (2001), o termo evidencialidade foi primeiramente visto em uma compilação feita por Franz Boas em 1947. Todavia Jakobson (1957), com a publicação do livro *Shifters, verbal categories and the Russian verbs*, popularizou o uso do termo Evidencial como rótulo para uma categoria verbal que sinalizava acerca da fonte da informação sobre a qual a afirmação do falante estava baseada.

Antes disso, no entanto, Boas (1911) e Sapir (1921), segundo Dendale e Tasmowski (2001), já aceitavam a importância do domínio semântico da evidencialidade centrado na fonte da informação ou no conhecimento do falante. De lá para cá, as referências feitas à fonte de informação são vinculadas a atitudes sobre o *status* epistêmico da informação, uma vez que, de acordo com Dendale e Tasmowski (2001), os marcadores linguísticos que codificam tais domínios semânticos são os mesmos geralmente.

De acordo com Aikhenvald e Dixon (2001), a evidencialidade é uma categoria gramatical obrigatória cujo primeiro significado é a fonte de informação. Segundo a terminologia de Chafe (1986), em seu sentido amplo, essa noção estaria relacionada à fonte da informação quanto à questão de se o falante realmente viu aquilo sobre o que ele está falando, ou se ele apenas tece conjecturas sobre a ocorrência de um dado evento baseado em alguma evidência, ou ainda se alguém lhe contou um determinado fato, ou se ele apenas ouviu falar sobre tal fato. Aikhenvald e Dixon (2001) afirmam que todas as línguas têm algum mecanismo para expressar a fonte de informação, muito embora nem todas as línguas tenham a evidencialidade como uma categoria gramatical. Línguas como o inglês, o japonês e o português utilizam significados lexicais para especificar opcionalmente a fonte da informação.

Assumindo o enfoque cognitivo e ampliado de Chafe (1986), que ultrapassa a relação do dito com a origem da informação, observa-se que a evidencialidade no discurso reflete uma relação subjetiva do falante com a informação veiculada, o que envolve atitude e comprometimento do sujeito com o dito e com a origem da informação. Dessa forma, tal postura epistemológica pode afetar o *status* da informação no que diz respeito à credibilidade.

A distinção entre evidencialidade e modalidade conceitualmente observada quando, de um lado aponta para os atos de indicação da fonte de informação (Evidencialidade) e de outro, para os atos de indicação de comprometimento do falante com relação à verdade da informação (Modalidade Epistêmica), nem sempre é muito clara. Dendale e Tasmowski (2001), ao citar os trabalhos de Boas (1947) e de Sapir (1921), afirmam que a natureza da relação entre esses dois domínios é um grande problema para os estudiosos do tema.

Ao que tudo indica, a posição mais encontrada na literatura sobre evidencialidade e modalidade é a de inclusão, em que uma noção está atrelada à outra, ou seja, um domínio encontra-se dentro do escopo semântico do outro. Há aí duas possibilidades: uma em que se admite que a função dos marcadores evidenciais é indicar o grau de compromisso do falante com a verdade da sua proposição. Tal posição é a de Chafe (1986), que concebe a modalidade epistêmica no domínio da evidencialidade.

A outra posição, defendida por Palmer (1986), localiza a evidencialidade no escopo da modalidade epistêmica. Assim o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele diz pode incluir o “ouvir dizer”, ou discurso reportado, e a inferência, ou experiência sensorial.

Para Palmer (1986), então, é possível a divisão da modalidade epistêmica em: (i) julgamentos – o falante especula sobre um fato, apresenta uma dedução, envolvendo opiniões e conclusões – e (ii) evidenciais – o falante cita uma informação sobre a qual ouviu falar, ou se baseia em inferências relacionadas a experiências sensoriais. Com base nesses dois tipos básicos de modalidade epistêmica, Givón, de acordo com Palmer (1986), sugere a existência de três tipos de proposições:

- 1) As proposições declarativas que não necessitam de justificativas evidenciais.
- 2) As proposições evidenciais que pedem justificativas evidenciais.
- 3) Os julgamentos que são proposições realizadas com dúvida, como hipóteses, sob desafio do ouvinte e que, por isso, carecem de justificativa evidencial.

A modalidade epistêmica relaciona-se aos domínios da possibilidade e da necessidade e se refere ao comprometimento do falante com aquilo que ele

está dizendo. A evidencialidade, por sua vez, refere-se à fonte de evidência que o falante tem para sua afirmação. Se for direta, entende-se que o falante testemunhou a ação (por meio do visual, do auditivo ou potencialmente com os outros sentidos). Se for indireta, indica que o falante não testemunhou pessoalmente a ação, mas ou a deduziu, ou ouviu falar sobre ela (a informação é dada por terceiros).

Uma terceira possibilidade é conceber a modalidade epistêmica e a evidencialidade separadamente, uma vez que elas codificam domínios cognitivos distintos, embora muito geralmente se utilizem da mesma forma de marcação linguística.

Outro aspecto concernente à modalidade epistêmica e à evidencialidade é o fato de não haver consenso entre os linguistas quanto ao fato de categorizá-las como gramaticais.

Segundo Lazard (2001), há dois critérios que precisam ser observados a fim de classificar uma forma evidencial como gramatical. Primeiramente, a forma deve fazer parte de um sistema gramatical da língua. Seu conteúdo semântico-pragmático deve estar relacionado à fonte de informação.

Esses critérios implicam o fato de que há línguas em que a expressão da evidencialidade é gramatical e outras em que tal categoria é realizada por outras expressões. Logo há línguas que apresentam um sistema gramatical de marcadores evidenciais com diferentes formas usadas para indicar a origem do conhecimento ou da informação. E outras que fazem uso de outras expressões, de estratégias discursivas com esse fim.

Com base nessas informações e observando os dados da língua Parkatêjê, aderi à proposta de Palmer (1986) admitindo que a evidencialidade esteja localizada no escopo da modalidade epistêmica. Com base nessa concepção, aceita-se que o grau de comprometimento do falante com aquilo que ele diz pode incluir o “ouvir dizer”, ou discurso reportado, e a inferência, ou experiência sensorial, fatos observados na língua em estudo.

Na próxima seção, descreverei o sistema de evidenciais em Parkatêjê.

O sistema evidencial da língua Parkatêjê

De acordo com Palmer (1986), pelo fato de a evidencialidade estar na área de abrangência da modalidade epistêmica, é possível incluir entre as noções por ela codificadas o discurso reportado e a inferência.

Para Willet (1988), os tipos de evidência se subdividem, primeiramente, em: direta e indireta. Por evidência direta, entende-se aquela que foi testemunhada

pelo falante, por isso tal evidência é dita atestada. O canal pelo qual se dá esse testemunho pode ser o visual, o auditivo e todos os outros que abarcam os outros sentidos. Por evidência indireta, entende-se aquela que é reportada ou inferida pelo falante. Se reportada, a informação é proveniente de segundos, terceiros ou ainda pode ser oriunda de crenças ou do folclore de um povo. A evidência inferida é aquela obtida pela observação de resultados por meio de qualquer um dos sentidos. O falante, embora não tenha testemunhado um dado evento, pode observar resultados a ele claramente relacionados. Por exemplo, alguém diz “Choveu a noite toda.” Embora no momento da enunciação não esteja mais chovendo, o falante observa o jardim e infere (visualmente) que choveu.

À primeira vista, a marcação da fonte da informação nessa língua depende da escolha do falante, sendo que a evidência obtida diretamente pelo falante, isto é, atestada por ele em primeira mão, seja através de quaisquer sentidos, é não marcada, exceto se o falante deseja aludir a tal fato afirmando/confirmando sua ocorrência da qual o mesmo foi uma testemunha ocular. Para isso, o falante faz uso da partícula validacional *hêt*, que tem caráter enfático. Esse termo não aparece em outros contextos combinando-se com nenhum outro termo evidencial, exceto com o reportativo *pêpia* com o qual coocorre em exemplos como o que é apresentado em (1). Observe-se o exemplo abaixo²:

1) pêpia hêt aiku (kaxêr) kãm: jê wa ka mũ

REP ENF PRlua LOC VOC eu FUT DIR

ata nêhi

DEM mesmo

“Diz que a Lua deu certeza para ele: Jê, eu vou fazer aquilo mesmo.”

O diagrama proposto por Willet (1986), segundo Dendale e Tawmoski (2001), ilustra essas noções com muita propriedade e traduz, com singularidade, o sistema evidencial da língua parkatêjê, que apresenta termos específicos para marcar os tipos de evidência.

² As abreviaturas que constam neste trabalho são: 3 (terceira pessoa singular); 3PL (terceira pessoa do plural); DEM (demonstrativo); DIR (direcional); ENF (enfático); FUT (futuro); INF (inferencial); INT (interrogativo); LOC (locativo); MIR (mirativo); NEG (negação); POSP (posposição); PR (passado remoto); REP (reportativo); RNC (relacional de não contiguidade); VOC (vocativo).

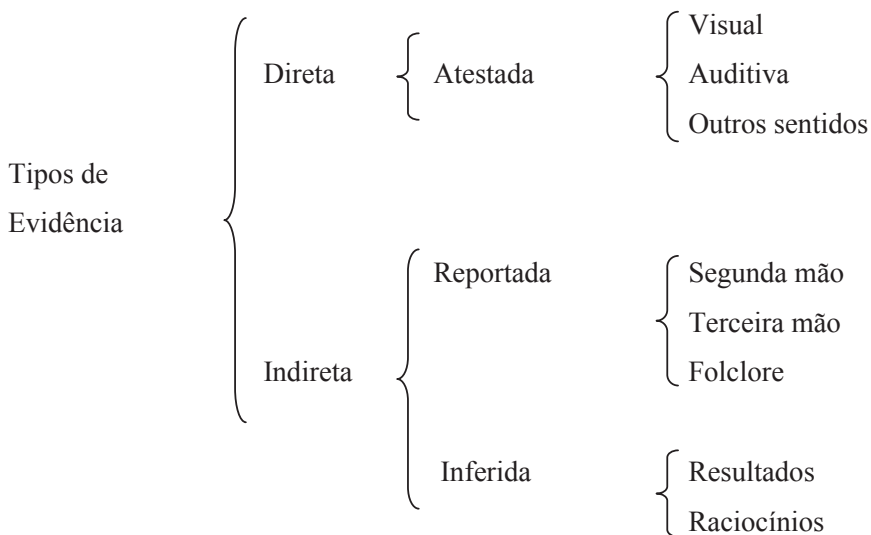


Figura 1 – Esquema tipológico de evidências proposto por Willet (1986), segundo Dendale e Tawmoski (2001).

Vale mencionar que o reportativo de terceira mão *pêpia* tem como escopo todo o período que está sendo narrado pelo falante. Já a partícula validacional *hêt* refere-se à promessa feita pela Lua ao Sol, em que empenha sua palavra.

Com bases em todas as informações aqui apresentadas, postulo que a língua apresenta dois termos reportativos cuja ocorrência está condicionada à categoria tempo. Um deles, *pêpia*, é constituído por uma partícula discursiva inicial usada em textos narrativos míticos e pela forma *pia*, que é uma partícula dubidativa. A partícula *pêpia* está associada ao passado remoto e se ajusta ao caráter de reportativo de terceira mão devido a tal interação com o tempo. A outra forma reportativa – *piaxwan* – foi encontrada em outros contextos também de tempo passado embora não remoto.

Os exemplos que seguem foram retirados de narrativas tradicionais do povo parkatêjê. A ocorrência (2) pertence a um texto mítico em que são narrados episódios sobre a criação do mundo, logo o texto trata de um tempo passado muito distante, e a narrativa já é parte do que considerariamos folclore em nossa cultura.

O trecho selecionado apresenta a fala do Jacaré que, ao atravessar a Lua, a quem chama de “sobrinho”, de um lado a outro do rio, precisa convencê-la de que não lhe fará mal algum. Como o falante não testemunhou o fato e a evidência de sua ocorrência é indireta, a partícula evidencial é reportativa, vinculada ao folclore dos parkatêjê:

2) pēpia mīti kām amjjarê: ituware waka a-krê
REP jacaré POSP dizer sobrinho eu FUT 2-comer

inũare i-kupa inũare
NEG 1-ter.medo NEG

“Dizem que o Jacaré disse: – Sobrinho, eu não vou te comer. Não tenha medo de mim!”

Ambos os termos reportativos, embora claramente constituídos de dois elementos, jamais ocorrem separadamente com o mesmo valor de significação. Além disso, eles têm posição de ocorrência entre as partículas de tempo e aspecto no início da sentença, ou antecedendo-as na introdução do enunciado. Sua ocorrência em outro ponto da sentença não foi atestada. Tais termos podem coocorrer com o inferencial (*mã̃r*). O significado de tal combinação tem a finalidade de distanciar o falante da responsabilidade do fato que foi por ele reportado.

Considero que o morfema *pia*, que compõe ambas as formas reportativas (pē**pi**a e pi**a**xwan), é a mesma forma que ocorre também nas expressões interrogativas da língua, sendo que, em alguns outros contextos, parece comportar-se como uma partícula interrogativa por si só. Tenho tratado tal partícula como dubidativa³, devido ao significado que ela imprime aos contextos nos quais ocorre. Esse termo dubidativo pode combinar-se com outras partículas para constituir os termos reportativo, ou pode ocorrer por si só, conforme já descrevi acima. O falante pode, por exemplo, questionar alguém somente usando a forma **pi**a.

Dentro desse conjunto, além da partícula reportativa – que comportaria, na verdade, dois termos de acordo com o tempo do enunciado –, tem-se (i) uma partícula inferencial – a qual é usada com base em resultados visíveis ou em referência não especificada, ou ainda em conhecimento prévio e/ou com base em experiências prévias de situações similares.

O modo como cheguei a essa conclusão sobre a partícula inferencial deu-se em uma situação bem prática. Estava, em uma noite, sentada juntamente com as outras mulheres mais velhas da aldeia, quando uma delas resolveu ir até sua casa. Ao abrir a porta, a mulher sentiu um forte mau cheiro e disse, na língua, que parecia que seu cachorro havia sujado a casa. Nesse contexto, estava a partícula inferencial *mã̃mã̃*.

³ Araújo (em comunicação pessoal) concorda com essa interpretação. A professora Leopoldina Araújo vem trabalhando junto à comunidade Parkatêjê há cerca de quatro décadas. A língua Parkatêjê foi objeto de estudo de sua dissertação de mestrado *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frase, declarativas afirmativas do dialeto Gavião-Jê* (ARAÚJO, 1977) e de sua tese de doutorado *Aspectos da língua Gavião-Jê* (ARAÚJO, 1989), além de outros trabalhos.

Da mesma forma que o reportativo, o inferencial ocorre entre as partículas de tempo e aspecto no início da sentença ou antes dessas introduzindo o enunciado. Em alguns exemplos, o inferencial aparece marcado pela posposição *mã* (do benefactivo e do objeto indireto) (exemplo 3) e, em outros, pela posposição *pê* (do malefactivo) (exemplo 4).

Até o presente não nos foi possível mapear qual seria a diferença de significado entre uma e outra ocorrência, mas tal comportamento assemelha-se substancialmente ao dos adverbiais espaçotemporais que, em alguns casos, ocorrem também com uma ou outra posposição.

3) piaxwan rỳ jũm mũita tik mãmãmã mẽø
 REP já INT DIR DEM estar.prenha INF 3PI

harẽn

RNC-contar

“Dizem que estão falando que (parece que) aquela pessoa já está prenha.”⁴

4) mãm pê mam mẽø aikrepoti kaxuwa mẽø karê
 INF antes 3PL casa para 3PL roçar

“Parece que eles roçaram (o terreno) antes de fazer a casa grande.”

Com base nos dados, pode-se dizer que a língua contrapõe a evidência direta à evidência indireta e marca somente a última, que pode aparecer como fala reportada ou inferida.

Para referir evidências indiretas reportadas, a língua apresenta dois termos reportativos: um utilizado para informações obtidas de terceira mão e outro para informações de segunda mão. Os contextos se distinguem na base da distinção temporal de ocorrência dos eventos.

Finalmente, a partícula de evidência inferencial apresenta a informação obtida pelo falante com base em resultados ou raciocínios por ele alcançados por meio de dados visuais, auditivos ou outros.

No quadro a seguir, sistematizei as ocorrências das partículas evidenciais em Parkatêjê, tomando como critérios o significado, a categoria, a especificação e o tipo sentencial em que ocorrem.

⁴ A tradução “Dizem que estão falando que parece que aquela pessoa já está prenha.” me foi dada por meu auxiliar de pesquisa Jathiaty.

Partícula	Significado	Categoria	Especificação	Tipo de Sentença
Pêpia	'dizem que'	Evidencial	Reportativo (informação de segunda mão)	Declarativa (passado remoto)
Piaxwan	'dizem que'	Validacional	Reportativo (informação de segunda mão)	Declarativa (passado recente)
Mãmã Mãrpê	'parece que; talvez'	Validacional	Inferencial	Declarativa (presente/passado recente)
Hêt	'com certeza'	Validacional	Visual/Não visual	Declarativa (passado remoto e recente)

Quadro 1 – Partículas evidenciais em Parkatêjê.

Para resumir a semântica dos termos evidenciais na língua, elaborei o quadro seguinte em que aparecem as categorias de partículas evidenciais que constam em nosso banco de dados da língua Parkatêjê:

Termo	Uso
Reportativo	Para reportar eventos sobre os quais o falante ouviu falar, sem ter tido nenhuma participação neles.
Inferencial	Para indicar situações às quais o falante tem acesso ou pelos resultados visíveis/audíveis, ou de qualquer outra ordem de um evento.
Validacional	Para validar determinado evento ao qual o falante assistiu, de que participou ou do qual ele tem convicção da ocorrência.

Quadro 2 – Semântica dos evidenciais em Parkatêjê.

As partículas evidenciais que ocorrem na língua Parkatêjê pertencem a várias classes de palavras: *mãr* tem um comportamento adverbial, uma vez que, em uma sentença, essa palavra pode ocorrer quase que livremente em várias posições; os outros elementos funcionam como partículas.

Miratividade⁵ em Parkatêjê?

Estudos recentes (DENDALE; TASMOWSKI, 2001; CHAFE; NICHOLS, 1986) já têm discutido o fato de noções como evidencialidade e miratividade

⁵ Tradução minha para *mirativity* do inglês.

serem relacionadas. Como já vimos, o domínio semântico da evidencialidade relaciona-se à fonte de informação que subjaz às asserções que um falante produz. Todavia, como bem pontua Willet (1988), não há consenso entre quais sejam as fronteiras nocionais (exatas) da evidencialidade (DENDALE; TASMOWSKI, 2001).

Outros estudiosos, dentre os quais se destaca Delancey (1997), têm debatido acerca da independência conceitual de noções como a miratividade, muito embora reconheçam que há algum relacionamento entre esta e a evidencialidade.

Conforme Dendale e Tasmowski (2001, p.343), “[...] o subdomínio situado entre a evidencialidade (fonte direta da informação) e a modalidade (a atitude do falante: surpresa) [...]” é miratividade.

Seguindo Delancey (1997), Dickinson (2000) afirma que a miratividade pode ser uma categoria semântica universal e que todas as línguas provavelmente têm uma maneira de codificar um evento ocorrido ou um estado vivenciado fora das expectativas de normalidade.

Ainda de acordo com Dickinson (2000), é possível encontrar sistemas que:

- 1) fundem evidencialidade, miratividade e modalidade epistêmica (ela exemplifica com as construções *must-have* da língua inglesa);
- 2) fundem evidencialidade e miratividade (como é o caso do turco);
- 3) apresentam a modalidade epistêmica distintivamente independente da evidencialidade.

Entretanto diferenciar sistemas evidenciais de miratividade não é uma tarefa simples.

A língua Parkatêjê apresenta um termo que, ao ser utilizado por um falante, parece implicar uma interpretação mirativa, ou seja, o falante refere-se ao evento (ou estado) como inesperado, surpreendente no sentido de desviar-se das expectativas comuns e tomadas como certas. A informação dada é não esperada, então.

O termo *xàmta* (-are) pode aparecer com ou sem a ênfase – are – e é usado em contextos em que a informação nova é não esperada. Dessa forma, a partícula *xàmta* ocorre para sublinhar que um dado fato é inesperado, de acordo com Delancey (1997). Alguns exemplos com esse termo seguem abaixo. A ocorrência (5) foi retirada de uma narrativa tradicional. No contexto, estão o Sol e a Lua ocupados em fazer os homens, na visão cosmológica dos Parkatêjê, para a criação da humanidade. O Sol estava no rio e percebe que vem uma cabaça na correnteza. Ele quebra a cabaça e retira dela o primeiro índio ainda bebê. Então ele deixa

esse bebê índio à margem do rio para que ele se seque. De repente, aparece mais uma cabaça descendo o rio, e então o Sol enuncia o exemplo (5).

5) pēpia xàmtare mēkrare ita amnē mō
REP MIR criança DEM para cá ir

“Dizem que o Sol se surpreendeu: essa criança vem para cá!”

A ocorrência (6) foi coletada em situação informal, quando a mãe de um rapaz que havia viajado para Belém é avisada de que ele havia voltado antes do tempo previsto. A mulher saiu correndo de onde estava sentada em sua casa, a fim de certificar-se da notícia, e, ao ver o filho, ela falou: *xàmtare!*

6) xàmtare! i-kra kato
MIR 1-filho chegar

“(Vejam!) Meu filho chegou!”

Há algumas dezenas de ocorrência dessa partícula em contextos semelhantes quanto ao fato de serem inesperados. Todavia é necessário ainda observar um pouco mais a ocorrência da partícula *xàmta* em Parkatêjê.

Concluindo

Das correlações dos evidenciais com outras categorias em Parkatêjê, posso afirmar, com base no banco de dados coletados, que: (i) as partículas evidenciais ocorrem em sentenças declarativas simples. Nas sentenças dependentes, atestamos a ocorrência dos reportativos (*pēpia* e *piaxwan*), do inferencial (*mãmã*), bem como do validacional (*hêt*); (ii) os termos reportativo, validacional e inferencial ocorrem também nas declarativas negativas; (iii) tais termos somente foram encontrados em referência a uma terceira pessoa, nunca usados em referência à primeira pessoa, em situações de o falante estar falando de si mesmo; (iv) nas interrogativas, parece haver restrição de uso dos evidenciais, tendo sido atestada somente a ocorrência do dubidativo; (v) não atestamos, até o momento de elaboração deste artigo, a ocorrência de nenhum desses termos nas sentenças imperativas.

De acordo com Aikhenvald e Dixon (2001), a existência da evidencialidade pressupõe o requerimento de citar a fonte de uma dada informação explicitamente, e isso pode se dar lado a lado com determinadas atitudes e práticas culturais.

Assim sendo, ainda é necessário verificar certos contextos em que os evidenciais poderiam aparecer, tais como: o vocabulário utilizado pelos pajés – já que, em princípio, esses teriam alguns estados de onisciência. Uma questão é saber se será possível adentrar esse universo linguístico –; a narração de sonhos – os quais não pertencem supostamente ao “mundo real” –; a descrição de estados doentes de outrem etc. Além disso, é imperativo verificar a coocorrência dessas partículas evidenciais com a modalidade na língua.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de auxílio financeiro (CNPq 400736/2007-1 – EDITAL MCT/CNPQ 50/2006 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) para a realização da pesquisa de campo para coleta de dados junto aos Parkatêjê.

FERREIRA, M. N. O. Saying (un-)certainties: a study of evidential particles in Parkatêjê. *Alfa*, São Paulo, v.54, n.1, p.223-236, 2010.

- *ABSTRACT: This paper describes a set of particles related to evidentiality in Parkatêjê, an indigenous Timbira language, which belongs to the Macro-Jê genetic group, and is spoken in the southeast of the state of Pará, Amazon region, Brazil. The notion of evidentiality is defined as a subjective relation of the language users with the information which marks their attitude and commitment towards what they have said in relation to the available source of information. Such epistemological position gauges the credibility of the reported information. According to Ferreira (2003; 2005), Parkatêjê has a set of evidential particles used to code different cognitive experiences associated with a particular propositional content. In other words, the use of those particles signals whether the reported information was witnessed by the language user, whether the language user knew the fact using any other visual, auditive senses by inference, or whether the language user simply uses hearsay information. Based on Chafe (1986), Chafe and Nichols (1986), Delancey (1997, 2001), Dendale and Tasmowski (2001) and Aikhenvald and Dixon (2001), the results show that Parkatêjê has a rich evidential particle system that allows its users to express reported, asserted, or deduced information.*
- *KEYWORDS: Indigenous language. Parkatêjê. Evidentiality. Modality. Information source.*

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. (Ed.). *Studies in evidentiality*. Typological studies in Language. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

ARAÚJO, L. M. de S. *Aspectos da língua Gavião-Jê*. 1989. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frase, declarativas afirmativas do dialeto Gavião-Jê*. 1977. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE W.; NICHOLS J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. p.261-272.

DELANCEY, S. The mirative and evidentiality. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.371-384, 2001.

_____. Mirativity: the grammatical marking of unexpected information. *Linguistic Typology*, Berlin, v.1, n.1, p.33-52, jan. 1997.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, mar. 2001.

DICKINSON, C. Mirativity in Tsafiki. *Studies in Language*, Amsterdam, v.24, n.2, p.379-421, 2000.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERREIRA, M. *Morfossintaxe da língua Parkatêjê*. Munique: Lincom-Europa. 2005.

_____. *Estudo morfossintático da língua parkatêjê*. 2003. 276f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

JAKOBSON, R. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. In: JAKOBSON, R. *Selected writings: II word and language*. Paris: Mouton, 1957. p. 130-153.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, mar. 2001.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: University Press, 1986.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Amsterdam, v.12, n.1, p.51-97, 1988.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em fevereiro de 2010.